**ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CAE/MG**

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, às quinze horas, através de videoconferência (meet.google.com/rmg-wemb-yqb), reuniu-se o Conselho de Alimentação Escolar do Estado de Minas Gerais (CAE/MG), com a presença dos conselheiros: Neuzete Fátima Lima, Múcio Alberto Cordeiro, Maria Helena Gabriel e Célia de Lima Carvalho (representantes dos Educadores/Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais/ SindUTE /MG), Josiane Maria Pascoal de Moura e Tannia Aparecida da Silva Oliveira (representantes da Sociedade Civil - Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais/N’GOLO), Maurício Moreira dos Santos (representante da sociedade civil/Cooperativa de Produtores, Indígenas, Quilombolas e Assentados de Minas Gerais/COPIQUA/MG), Marcos Vinicius Dias Gomes (representante Sociedade Civil – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG), Thais Ferreira de Alencar Freitas (representantes do Executivo - Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais/SEE/MG), Luciana Caldeira de Paula Ricardo (representante Sociedade Civil – Conselho Regional de Nutrição – CRN9), Marco Antônio David de Melo (representante dos Pais de Alunos - EE Prof Caetano Azeredo), Ercivane Aparecida Silva Brito e Cléia Lima Moreira (representantes dos Pais de Alunos - EE Professor Leon Renault) e Andréa de Oliveira Souza de Souza (representante dos Pais de Alunos - EE Instituto de Educação de Minas Gerais, respectivamente). Convidados: Fábio Proença e Julia Sanders, (DIEESE/Sind-UTE) e Tatiane Guimarães Perri Maciel (responsável Técnica do PNAE da SEE/MG). Equipe Executiva: Janete Gonçalves, Júnia Kátia da Silva e Rosimária R. Pinheiro. Ausências justificadas: Umbelina da Conceição Rodrigues, Paulo Gustavo Grossi e Manoel Rosalvo Pereira (representante dos Educadores/Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais/ SindUTE /MG) e Valéria Batista Nascimento e Erika Ersinzon (representantes do Executivo - Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais/SEE/MG). Pauta Prevista: 1) Prestação de Contas PNAE 1º Semestre; 2) Relato das visitas: EE Cristina Câmara e EE Professor Gastão Valle – Bocaiúva (Conselheira Luciana), EE Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias e EE Prefeito Joaquim Pedro Nascimento, de Governador Valadares e EE Joaquim Monteiro, de Marilac (Conselheiras Neuzete e Tannia), EE Raul Soares, EE Deputado Carlos Peixoto Filho, EE Dr. José Januário Carneiro e EE São José, de Ubá (Conselheira Célia) e EE Presidente Itamar Franco, de Santa Luzia (Conselheiras Cléia e Ercivane); e 3) Assuntos Gerais. A presidente Célia cumprimenta a todos dando início a última reunião do Conselho de 2021, e começando pela apresentação da Prestação de contas passando a palavra para a convidada Tatiane Guimarães Perri Maciel, para começar a apresentação. A convidada Tatiane cumprimenta a todos e diz que irá fazer apresentação do que foi questionado sobre prestação de contas do primeiro semestre. Fala que o Roberto Horta, Coordenado da Alimentação na SEE, enviou para o Conselho e a Secretária Janete encaminhou para todos os conselheiros as respostas em relação aos questionamentos. Questiona se os conselheiros querem que relembre as perguntas e a Presidente Célia responde que sim. 1º Questionamento: por qual motivo 68 escolas não receberem nenhuma parcela do PNAE e 43 escolas receberem apenas uma parcela do PNAE no primeiro semestre de 2021. Informa que o atendimento a esse questionamento foi dividido em duas respostas. Fala que irá apresentar a planilha para responder as duas questões. Diz que consideraram as escolas que o Fábio pontuou e verificaram todos casos. Lembra que o acompanhamento mensal que é feito pelo sistema, que permite uma visão do que está acontecendo com os pagamentos, iniciou em maio. Salienta que isso não impactou nas respostas, mas poderá ser verificado na planilha que temos algumas informações que começam em maio, momento em que tivemos o sistema funcionando. Fala que gostaria de chamar a atenção referente essas 68 escolas, que não tiveram um repasse no primeiro semestre, na coluna F, que identifica o tipo de estabelecimento. Das 68 escolas, temos escolas que são socioeducativo e prisional, que corresponde a 40 do total de 68, e para a quais não é repassado recursos para eles porque elas não têm como executar. E eles recebem alimentação pela SEDS, que é da Secretaria de Defesa Social. Temos nesta lista os conservatórios de música que também não tem repasse, no total de 12 escolas. Excluindo as escolas de conservatórios de músicas e socioeducativos/prisional se chega a um total de 16 escolas. Dessas, chamamos a atenção para as escolas que estão na linha 52, 53 e 56. São 3 escolas indígenas que não tem caixa escolar e os recursos delas são administrados pela Superintendência Regional de Ensino de Teófilo Otoni. Se excluirmos as escolas indígenas, teremos um total de 13 escolas, para as quais teríamos que apresentar justificativa pela ausência de repasse de recursos. Na planilha, no campo observações, na coluna M, constam as justificativas. Para 6 escolas constam a justificativa de: Termos rescindidos ou escola municipalizada. Normalmente no caso de o Termo rescindido ou foi porque a escola já encerrou as atividades ou porque ela é uma das escolas que também foi municipalizada, então excluindo essas de Termo rescindido e de Escola municipalizada restaram somente 7 escolas. Dessas 7 escolas que são as que precisam apresentar justificadas, tem uma que é de Educação Profissional Exclusiva e que também não recebe recursos porque ela não tem caixa escolar, e os recursos dela são administrados pela Superintendência. Então ficariam 6 escolas. Dessas 6 escolas, trouxemos, por mês, como estava realmente a situação delas. Em maio e junho a maioria não tinha recebido os recursos mesmo, porém quando se identifica na planilha, com exceção de uma que, que irei explicar o porquê, em setembro já estava com todas as caixas escolares com os repasses. Algumas começaram em receber em julho, outras em agosto mais em setembro já estava com todas recebendo recursos, inclusive os valores referentes ao início do ano. No geral todas essas, tiveram problema na questão da gestão. As vezes troca de diretor, pois infelizmente por questão da pandemia tivemos Gestores que faleceram nesse período, o que comprometeu o repasse de recursos. Na linha 24 da planilha, tem a EE de Ensino Médio, de Vespasiano, de Ensino Médio, é uma escola que a caixa escolar foi criada, mas que ainda não estava regularizada. Eles estavam com dificuldade de regularizar a caixa escolar e o recurso dela do primeiro semestre, dos primeiros 100 dias, foram repassados, através da EE Renato Azeredo. Foi feito um aditivo para a EE Renato Azeredo, identificando no mesmo que os recursos eram para atender os alunos da EE de Ensino Médio, até a regularização da caixa escolar dela. No segundo semestre a escola de Vespasiano e os recursos dos outros 100 dias foram repassados diretamente para ela. E o segundo ponto da primeira questão são as 43 escolas que receberam só uma parcela do PNAE no primeiro semestre. Na planilha identificamos como questão 1B. A Convidada Tatiane lembra que o sistema começou a partir de maio e por isso trouxeram as informações desse período, por mês, demonstrando quando o pagamento de cada uma das escolas foi regularizado. Diz que tem também nesta questão, algumas escolas, na mesma situação explicada anteriormente. Uma escola de socioeducativo/prisional. Duas escolas de Educação Profissional Exclusiva que são administradas pelas Regionais. Uma escola Quilombola, que teve problema na Caixa Escolar, mas que em junho, ela já estava regularizada. Uma escola Indígena, que a Regional informou que teve problema na Caixa escolar, que em virtude da pandemia, o índio que era o Gestor da Caixa, precisava atualizar o TOKEN para a assinatura e não foi possível pois ele não estava saindo da aldeia por causa da pandemia. Na planilha restaram 23 escolas sem justificativa. Essas realmente tiveram algum atraso no pagamento, mas, quando foi identificado, por exemplo, em maio que foi quando começamos a acompanhar, 3 escolas já estavam regulares e foi, até quando elas receberam e as outras foram recebendo posteriormente. Trouxemos de informação, uma vez que a solicitação foi agora no final do ano, tudo que tinha até outubro, então até outubro praticamente, todas essas escolas já estavam com todas as parcelas regularizadas, porque até outubro deveria ter sido pagas 09 parcelas, então dessas escolas, tinha algumas que já tinham recebido as 9 parcelas até outubro, duas que estavam municipalizadas, uma que diretora estava com problema na assinatura e outra com a escola em processo de encerramento. O que pode ter acontecido é que a Regional pagou a primeira parcela para ela, mas depois identificou que ela estava em processo de encerramento e parou de pagar até ela conseguir concluir tudo e aí nesses casos, o que ela recebeu, vai ter que devolver. Uma caixa escolar bloqueada, por falta de diretor. E só uma escola que nesse período ainda estava com 6 parcelas até o fim outubro, possivelmente, ela foi desbloqueada e acabou sendo bloqueada por algum outro motivo, mas foi uma escola só, desse universo todo. Temos, igual as outras já faladas, algumas escolas municipalizadas e outras questões, por troca de Gestor. Pergunta se o conselho quer que faça o filtro retirando essas escolas, para permanecer somente o total das que tiveram atraso no pagamento, mas já receberam o recurso e é informando que não precisaria. Da questão 1, a maior parte das escolas eram socioeducativa/prisional, por isso que elas não recebem recursos e realmente não receberam. E as demais tiveram os problemas, mas em outubro, praticamente todas já estavam com as 9 parcelas pagas. Passa então para leitura da questão 2. No quadro em anexo (enviado junto ao questionamento), mostra quantas caixas escolares não receberam repasse do PNAE em cada mês. Questão 2: Qual foi o motivo dessas Caixas Escolares não terem recebido esse repasse, houve prejuízo na oferta de alimentos ou na distribuição dos kits no período que não houve repasse, se não, por qual motivo não houve prejuízo na oferta de alimentos ou distribuição dos kits. Na questão 2, tem essa lista de escola por mês, fevereiro, março, abril, maio e junho, que são os 6 meses do primeiro semestre. Diz que o conselho pode verificar, na planilha apresentada, que a justificativa, teremos somente a partir de maio, quando o sistema possibilitou fazer o acompanhamento e essa verificação de quem estava regular ou não, então, em maio tinha um total de, aproximadamente, 135 escolas nessa situação. Dessas 135 escolas, conforme as observações na planilha, se selecionarmos as que foram municipalizadas, as que não recebem recurso e as que tiveram os Termos rescindidos, que seriam a mesma situação das escolas que explicamos anteriormente, ou ainda que não recebe recurso porque é prisional. A Presidenta Célia pergunta as escolas que foram municipalizadas, foram a partir de que período? A convidada Tatiane informa que não saberia dizer a data exata de qual período do Termo, mas sabe que foi firmado Convênio com as prefeituras de algumas escolas e o estado cancelou o repasse diretamente a essas escolas, mas está passando os valores, através desse Convênio, para as prefeituras, e que até poderia tentar descobrir isso para a Presidente Célia, mas que agora não tem essa informação do mês exato, quando foi que isso ocorreu mas se quiserem, depois consegue verificar com quem foi realizado os convênios, quando foi, mas foi bem no começo do ano, acredita que tenha sido no máximo em abril. A Secretária Janete informa que o repasse é realmente através de Convênio. E a Luciana do orçamento que acompanha os Convênios de municipalização. A convidada Tatiane fala que a Priscila que faz a lista e faz parte da equipe, mas não sabe quem administra, mas consegue buscar essas informações desse ano. A Secretária Janete fala que a Conselheira Thaís está informando que a municipalização está ocorrendo através do Projeto Mãos Dadas. A convidada Tatiane esclarece que é um Projeto que tem só do 1º ao 5º ano, e as outras modalidades das outras escolas continuam com Estado. Selecionando na planilha as 135 escolas, em maio, quando começou a ter o sistema excluindo as escolas que foram municipalizadas, as que não recebem recursos, que são as socioeducativas ou prisional e as que tiveram Termos rescindidos, teremos um total de 73 escolas, então de 135, sobra 62. Das escolas que a Superintendência administra o recurso e das que foram regularizadas depois, porque em outubro elas já estavam com, no mínimo, 4 parcelas pagas, teremos um total de 61 escolas. Diz que a informação ‘sim’ na planilha, foi erro ao digitar e que é uma escola que já foi regularizado os pagamentos. E ao ver a informação com a SRE', apesar de constar essa escola, a Superintendência justificou informando que ela não estava com problema e que estava recebendo os recursos normalmente. E não entendeu o porquê que essa escola entrou nesse mês de maio. Diz que a partir de maio, quando começaram o acompanhamento, consigamos identificar quais foram as escolas que realmente receberam recursos em atraso, mas que já estão regularizadas. Verificamos que algumas justificativa foram apresentadas pelas escolas e outras pelas Superintendências de forma mais geral, mas na maioria dos casos é realmente diretores com problema na assinatura digital ou mudança na direção. Conforme havia falado infelizmente por essa questão da pandemia, tivemos regionais que perderam os gestores da escola, sendo necessário o processo para um novo gestor. Pergunta se o conselho gostaria que ela mostrasse mês a mês ou não seria necessário. A Presidente Célia pergunta: desse total de 135 escolas, 43 receberam só uma parcela do PNAE e 23 sem justificativa, seria isso? Não entendeu, porque se perdeu na informação. A convidada Tatiane responde essa pergunta era para mostrar quantas caixas escolares não receberam recursos do PNAE, no caso mês de maio. Então tinham 135, teria que filtrar novamente a planilha para passar os números certos, mas no final, teve o total de 57 escolas que, até outubro, já estavam, praticamente, regulares com os pagamentos, só que, nessa lista tem as escolas que a Superintendência administra o recurso, porque elas não têm o termo, porque os recursos são executados na Regional, e a SEE não repassa recurso para escola. As escolas municipalizadas que não recebem recurso e as de Termos rescindido, que dá um total de 71 escolas e realmente não precisam receber. Fala das duas escolas que o convidado Fábio do DIEESE, e assistente do SINDUTE, chamou atenção, que estão com a resposta sim, a informação da SRE é que uma delas a escola estava recebendo normalmente e essa outra de Uberlândia, que foi erro na hora de digitar e entrou na observação sim, mas a situação dela está resolvida por já ter recebido o pagamento. E em junho é basicamente a mesma coisa, as escolas socioeducativos e prisionais, elas acabam se repetindo em todos os meses. E conversando com o Roberto e a Thaís, se os conselheiros quiserem, o ano que vem, quando eles fizerem a emissão dos termos, poderia passar uma lista dessas escolas que são Prisionais Exclusivas, que são essas que a SEE não repassa o recurso para que, se for do interesse do Conselho, já terão essa informação previamente. E a convidada Tatiane pergunta para o convidado Fábio se ele acha interessante. O convidado Fábio responde que sim, porque todo começo de ano é pedido essa lista das escolas que estão aptas para receber o recurso do PNAE, e ele então, faz a análise em cima dessas escolas da lista, assim, ou colocaria nesse relatório que essas escolas não estão aptas ou encaminhar em separado. A convidada Tatiane questiona ao Fábio se essa lista é a que é enviado pela secretaria ou se é a que ele pega no FNDE porque, às vezes, não levou em consideração as que estavam aptas, e ela vai verificar. O convidado Fábio fala que na verdade, essa demanda até já foi feita, que quais as escolas que estão aptas para receber os recursos e daí que vem a lista de todas as escolas. A Secretária Janete pergunta se o convidado Fábio estaria falando do Censo que o conselho solicitava a SEE? E ele responde que sim. A Secretária Janete fala que participou de uma reunião com a Diretoria de Prestação de Contas e Diretoria de Suprimento Escolar, das quais as conselheiras do Executiva estão vinculadas e nessa reunião estes pontos foram colocados, por ser um questionamento recorrente do conselho, que essas informações serão trabalhadas e apresentadas na prestação de contas do próximo ano. A convidada Tatiane diz que assim que for emitido os termos já encaminharemos para o conselho quais escolas receberam os recursos diretamente por termo de compromisso e que não iram receber, já justificando o porquê. A convidada Tatiane passa para a questão 3. Qual foi o motivo de 1208 escolas não terem feito a distribuição de kits alimentares no primeiro semestre de 2021? Diz O que foi o que aconteceu, foi que no início do ano a SEE estava trabalhando com o sistema de planilhas pelo Google Forms, para coletar as informações da distribuição dos kits. Só que identificamos, num determinado momento, que ele acabou não funcionando e a SEE teve problemas pois algumas escolas estavam informando repetido ou não informava e a SEE acabou ficando sem informação. Então quando chegou agora, em meados de outubro ou início de outubro, resolvemos que, devido ao grande número de erros desse sistema, não o utiliza e resolvemos fazer outro levantamento mais fácil de entender e de identificar, sendo esse que será apresentado para os conselheiros. Esse levantamento foi feito com as regionais. Pedimos para que as nutricionistas nas Regionais e onde estava sem nutricionistas, por algum motivo para a DAFI, que verificasse com as escolas quantos kits elas entregaram. Inicia a apresentação da planilha com o levantamento. Diz, só relembrando, para clarear as ideias em relação aos kits, que estão na coluna F, tem o kit 4 de 2020, porque este kit que foi pago com os recursos das parcelas extras, referente aos repasses de dezembro e janeiro, que o FNDE pagou. Os kits de 2021 foram: kit 1 pago no início de 2021, considerando como sendo o kit 1 das parcelas de março e abril, tanto do recurso Estadual quanto o Federal, o kit 2, maio e junho, o kit 3 julho e agosto e o kit 4, setembro e outubro. Todas as escolas tiveram essa obrigação de distribuir ou, pelo menos utilizar o recurso, desses 5 kits para distribuir ao longo do ano. Esclarece que quando fala essa questão de utilizar o recurso é porque a parcela Extra, por exemplo, veio bem no final do ano e não era uma coisa que a SEE sabia com antecedência, e as escolas, a maioria delas, já tinha encerrado todos os processos e teve que recomeçar a fazer todo o processo para está utilizando. Teve a questão que em fevereiro, foram férias escolares, e muitas escolas deixaram para distribuir em março, quando as aulas voltaram e veio a questão da onda roxa. Muitas escolas acabaram distribuindo, utilizando recursos que seria do Kit 4 e distribuindo junto no kit 1, então fazia, às vezes, um kit mais robusto porque ele era o equivalente as outras as parcelas que teriam desse kit 4 também. E informação do kit 5, é assim que tiver, que vão ser poucas porque com retorno de 100% presencial onde estava liberado, esse kit 5 não foi mais obrigatório ele passou a ser obrigatório só para os municípios, onde não puderam retornar o ensino totalmente presencial ou para aqueles alunos com alguma comorbidade e também não puderam ou não podia nem frequentar a escola. Essa lista, ela está por escola e por Superintendência. E na coluna E, tem o total de Kit distribuídos em 2021 por escola, temos essa divisão de todos os kits na planilha para vocês possam identificar. Algumas que estão zeradas ou que marcamos em vermelho, não necessariamente, não é que elas não distribuíram kit, algumas mesmo sendo cobrado, às vezes, tem dificuldade de passar a informação sobre a quantidade do que entregou, mas eles vão ser obrigados a colocar isso na prestação de contas. Diz que na Prestação de contas, eles vão realmente, ter que dar essa informação. Fala que cada Superintendência coletou essas informações do número de kits de algum jeito, uns foi cobrando pelo telefone, por e-mail, outros pelo Google formulários, mas um formulário mais direto e em alguns casos nem todos responderam e a SEE preferiu trazer a informação, mesmo ela não estando 100%, mas trazer para o Conselho. Realmente, tem algumas zeradas, sem informação, mas ao todo, em 2021, até o kit 4, que deveria ser entregue até o final de outubro, tivemos um total de 5.323.917 kits entregues dentro do estado. Filtrando as escolas que estão com kit zerados, número igual a zero, podemos visualizar que das quase 3600 escolas tivemos 431 que estão com esse número de kits zerados e algumas, com certeza, é por não terem respondido. E é igual a questão de algumas escolas indígenas por exemplo, de Teófilo Otoni, em que a Regional é que faz a compra, então não teremos a informação dessas escolas nessa planilha. Passando para a questão 4: Qual é o motivo que 91 escolas terem distribuído poucos kits, abaixo de 40% de seu do número de alunos, e qual os motivos de 90 escolas distribuíram kits acima do número de alunos que possui? Em ambos os casos, foram considerados a quantidade de alunos que recusaram receber os kits. Lembra, que conforme foi explicado, o formulário que estava sendo utilizado inicialmente, não deu certo, pois perguntávamos essa questão de quantos alunos recusaram receber o kit, mas depois as regionais, as vezes, informavam que o aluno não tinha recusado mas a família não foi buscar e que foi feito uma busca ativa mas ainda assim as famílias não vieram buscar, e por isso que a informação, às vezes, não fechava e SEE preferiu fazer esse formulário mais simples para ter a resposta real pelo menos o número de kits entregues então, por escola. E assim, se for ver aqui ao todo, os kits distribuídos em 2021, com certeza, tem escolas aqui as que entregaram os 5 Kits do início do ano pode ser que elas tenham cinco vezes o número de alunos aqui nesse total, em outras se sabe que realmente adesão foi baixa e que os alunos acabam buscando mesmo. A presidente Célia fala que tem uma dúvida. Nos últimos dados que foram apresentados, os recursos devem ser de escolas indígenas administrados sem justificativas, na verdade, que o recurso é administrado pela Superintendência e que porque ficou chocada porque um órgão responsável por gerir e administrar outra atividade, e não dá justificativa, a SEE estão aguardando a justificativa ou vai ficar sem. A convidada Tatiane questiona de qual mesmo a Conselheira Célia fala, especificamente dessas 4 de Teófilo Otoni, ou são dessas outras todas que estão zerados. A Conselheira Célia fala das indígenas. A convidada Tatiane responde que, no geral, seria das indígenas, e ela confessa que não foi ela que fez o questionamento para Superintendência, mas até onde sabe, a Superintendência de Teófilo Otoni fez a compra, e ela acha que pela situação de não entrar ninguém na aldeia, quem fez a entrega mesmo, desses produtos, se não está enganada, acabou sendo feito, onde que a secretaria repassou os itens para FUNASA para fazer a entrega mas, ela confessa, que dessas quatro, ela terá até que confirmar se estão na lista como zerados ou se eles colocaram a quantidade que foi falado realmente, porque não foi ela que fez o questionamento, foi o Roberto. A Presidente Célia fala porque está perguntando sobre as escolas indígenas de Teófilo Otoni, porque cada escola informa o número de matrículas, os números de alunos e a alimentação escolar utilizada já que não tinha o contato presencial. Então eles vão ter que enviar uma tabela acompanhada com todas as informações para Prestação de contas, como justificativa. A convidada Tatiane responde que acredita que sim, porque a SEE vai precisar disso também para prestar contas para o FNDE. E como essa questão foi um questionamento extra, além do pessoal que já estava preenchendo o formulário, vimos que o formulário não estava atendendo o que a SEE queria, e se alterou a forma para ter um valor mais real, mas assim, na Prestação de contas eles são obrigados a colocar tudo inclusive os comprovantes. Então, no ano que vem, quando as Prestações de contas estiverem sido feitas, terão informações de todas as escolas, com as justificativas. O convidado Fábio lembra que desde o ano passado essas questões foram questionadas e ainda não tiveram respostas. A Presidente Célia concorda e afirma que diversos questionamentos, não foram respondidos, foram reiterados e continuam sem resposta, então temos muita resposta pendentes que a Secretaria tem que enviar para este conselho. E a convidada Tatiane responde que, deste ano, até outubro, o que pode dizer que das quase 3.600 escolas, realmente ficaram sem a resposta, essas mais de 400 escolas, e fala que poderá verificar se elas já responderam, porque o levantamento apresentado refere-se a um período e após o mesmo, pode ser que elas já tenham respondido para Superintendência encaminhar para a SEE, mas na prestação de contas eles, realmente têm que colocar. A Presidente Célia passa para o convidado Fábio, para que ele possa fazer as suas considerações finais sobre a análise das informações apresentadas. O convidado Fábio diz que o primeiro questionamento sobre as 68 escolas que não receberam o repasse a resposta foi o que a Tatiane deu, justificando que 53 escolas são do sistema prisional e conservatório, três de escolas indígenas que a Regional é que faz a compra e seis escolas tiveram problemas no caixa escolar só que, tanto na resposta que a Secretaria encaminhou como na tabela anexa as respostas, não tem a justificativa da forma apresentada pela Tatiane agora na reunião, explicando que o motivo é que era o problema de Gestor ou que mudança de o Diretor então na resposta encaminhada pela Secretaria para o conselho não tem as justificativas, pois só fala que que essas escolas não receberam o repasse e referente as 43 escolas que recebeu apenas uma parcela no primeiro semestre a Secretaria não realizou nenhum comentário em sua resposta mostrando uma tabela com observação, porém apenas 6 dessas 43 escolas foi apresentado o motivo. As escolas foram municipalizadas. E o restante das 37 escolas apresentadas, a justificava é sempre a mesma, recebeu tantas parcelas até outubro, ou seja, não justificou o motivo dessas escolas não terem recebido repasse naquele período e nem como que ela lidou naquele período sem o repasse. Na segunda questão, que é por mês, ressalta que a segunda questão é diferente da primeira, é considerado todo o repasse por mês, todas as escolas que não receberam o repasse em janeiro, fevereiro, março abril até Junho e na planilha encaminhada pela Secretaria, viu que na tabela apresentada pela Tatiane tinha o mês de fevereiro e na planilha que foi encaminhado para o conselho, não tinha o mês de fevereiro, então só foram apresentados os dados de março a junho, muitas escolas sem justificativas, a maioria delas, e as que foram apresentada a justificativa são incompletas, novamente voltando, para as escolas que constam é aquela justificativa de recebeu tantas parcelas até outubro, ou seja, com essa justificativa a gente não sabe o motivo porque essas escolas ficaram sem receber o repasse, no mês devido, como que essa escola lidou com esse mês sem o repasse. Também, o que a Secretaria apontou para essa resposta: “A maior parte da falta de pagamento, se deve a problemas com a documentação da caixa escolar ou do diretor na escola os problemas já foram solucionados e a maioria das escolas já receberam os recursos a que tem direito, observamos que sempre que uma escola está impossibilitada de receber os recursos, nossa orientação é que as SREs executem as compras da alimentação diretamente para que os alunos daquela escola não sejam prejudicados”. Ou seja, a resposta da Secretaria não detalha, na planilha, mostrando quantas escolas foram efetivamente normalizadas e apesar de falar da orientação da Secretaria, o conselho não tem uma noção das escolas que seguiram essa orientação e que a SRE comprou alimentação para essas escolas ou que elas tiveram prejuízos na oferta de alimentos ou dos kits. Outro ponto que ressaltou na resposta da Secretaria foi: “Nosso sistema de monitoramento passou a ser utilizado em maio, portanto não temos os históricos dos pagamentos antes desse período”. Porém, nos dados que a Secretaria encaminha para o Conselho é possível verificar os pagamentos feitos desde fevereiro, ou seja, foi de onde tiramos as informações para fazer os questionamentos. Por isso foi possível fazer esses questionamentos que é de fevereiro até junho, que é do primeiro semestre. E a resposta da Secretaria é que ela só consegue ver a partir de maio, então, fechando o ponto do questionamento 1 e 2, basicamente, a Secretaria não respondeu porque as escolas ficaram sem esse recurso, e também não respondeu como a escola lidou com isso no período que não recebeu recurso. Lembrando que a prestação de contas é do primeiro semestre, e a resposta da Secretaria é que maioria das escolas se normalizou em outubro. Agora a questão 3 e 4 é sobre um outro assunto, a distribuição dos kits. A questão 3 era questionando qual o motivo de 1.208 escolas não terem feito a distribuição dos kits de alimentação no primeiro semestre. E a resposta da Secretaria: “A questão referente aos kits, o sistema elaborado para monitorar a entrega dos kits pela Subsecretaria de Articulação Escolar - SAE, apresentou problemas, não sendo confiáveis as informações fornecidas dele, imagino que essa tenha sido a fonte de consulta para a elaboração do relatório”. O convidado Fábio observa que os dados que foram utilizados para a análise foi o que a Secretaria encaminhou para o conselho, então agora, aqui na resposta ela fala que esses dados estavam incorretos, então a Secretaria encaminhou um novo relatório, e nesse novo relatório observarmos que 3.531 escolas foram listadas no mesmo, e no relatório encaminhado não foram quatrocentas e poucas mas 527 escolas que não receberam nenhum kit, dessas 527, 53 apresentaram justificativas porém, apenas seis justificativas foram relevantes como escolas encerradas ou municipalizadas, ou seja, no período, 521 escolas não distribuiu nenhum kit de alimentação escolar, ressaltando que esse dado é de janeiro a 29 de novembro e mais para frente, na sua resposta a Secretaria fala o seguinte: “O fato de algumas escolas estarem zeradas não significa que ela não tenha entregado nenhum kit mas sim que elas não nos encaminharam os dados de fornecimento”, ou seja, o Conselho não pode chegar a nenhuma conclusão com os dados apresentados pela Secretaria, pois a mesma fala que não pode, que esses dados não é realmente a realidade das escolas. Isso dificulta muito a prestação de contas pelo CAE MG, e vale ressaltar que a Prestação de contas referente ao primeiro semestre e esses dados encaminhados pela Secretaria é até o dia 29/11, ou seja, foi encontrada muita dificuldade para lidar com os dados, porque foi perguntado uma coisa sobre um determinado período, a Secretaria não respondeu e os poucos dados que ela encaminhou, é referente a um outro período que temos. E a questão 4 que é sobre as escolas que repassaram poucos kits ou mais kits do que tem de número de alunos não veio praticamente nenhuma resposta. E por final, na resposta da Secretaria veio mais uma coisa que precisamos ressaltar: “gostaria de sugerir que no próximo ano, os questionamentos sobre os pagamentos fossem feito mensalmente, pois dessa forma, teríamos mais agilidade em apresentar a justificativa, solicitamos também, caso seja possível, que as escolas fossem identificadas pelo código escolar pois esta informação facilita consulta uma vez que vários escolas têm o mesmo nome e isso dificulta a identificação”, essa foi a fala da Secretaria. O convidado Fábio fala que a prestação de contas do PNAE pelo conselho de alimentação é trimestral, ou seja, esses questionamentos que é feito para Secretaria são com os dados que ela mesma nos informa, então a própria Secretaria consegue fazer esse acompanhamento mensalmente e como já é uma questão rotineira a mais de 5 anos que o CAE faz as mesmas perguntas a Secretaria, já que gostaria de agilizar o processo, ela já poderia verificar quais escolas não receberam os repasses em cada mês e já encaminhar, na Prestação de contas, as justificativas. E a respeito ser padronizado os nossos questionamentos sobre o código escolar acho que é uma boa ideia e desde que a Secretaria também encaminhe, para a CAE, todos os relatórios padronizados com esse código então se consegue, pelo menos identificar as escolas com a mesma linguagem. Finaliza, falando que foram estes os pontos que verificou. A Presidente Célia questiona se a convidada gostaria de responder e ela informa não teria muito o que responder, pois quem fez a resposta foi o Coordenador da Alimentação Roberto e eu faria a apresentação e diz que talvez a conselheira Thais tivesse mais propriedade para responder, uma vez que ela que é da Prestação de Contas, é que encaminha mais informações para o Conselho. A Conselheira Thaís diz que somente gostaria de pontuar estão olhando muito para aquelas escolas que não foram atendidas de forma adequada com a alimentação, mas está se esquecendo do número de escolas, de um universo de 3.600 escolas, apenas essas daí que não foram atendidas da maneira adequada, o que não é um cenário ideal, mas em comparação com o número total, é um número até considerável pequeno, não é o que se gostaria, inclusive respondendo suas colocações, tivemos uma reunião essa semana, juntou a Prestação de contas, com pessoal da DISE e com a Janete também que nos acompanhou para conseguir monitorar e nos assessorar e algumas metas foram estabelecidas para 2022. E dentro dessas metas está esse acompanhamento mensal por meio desse controle que a DISE faz mensal, com base nesse levantamento nós vamos apurar junto às Regionais, que não receberam recurso em tempo hábil, isso é que pretendemos, apurar porque eles não receberam a parcela, e qual que é o andamento que está sendo feito com relação a isso e ao invés de ser solicitado a justificativa somente no final de cada trimestre nós pretendemos fazer esse acompanhamento mensal, então acredito que para esse ano, a SEE não vai conseguir atender com fechamento 100%, mas no ano que vem, esse levantamento vai ser bem melhor. A Secretária Janete informa que acaba participando das reuniões, até mesmo para explicar, porque ela, geralmente, auxilia, desde 2009 na elaboração da nota técnica da Secretaria de alimentação escolar. Diz que realmente foi verificado, que os questionamentos do Conselho são recorrentes, que não é uma coisa nova, e que é preciso melhorar as formas de apresentação dos dados da prestação de contas para o conselho. Não somente está passando os dados, mas poder até, como o Convidado Fábio colocou, que a SEE está passando informação, esperando o questionamento do Conselho, de coisas que ela está informando. Então será realizado o trabalho no sentido contrário, já que vai fazer esse acompanhamento efetivo, para que isso não ocorra e quando ocorrer que se possa estar de forma tempestiva, adotando um procedimento para poder regularizar a situação. Fala que um ponto que será questionado também, que será solicitado para as Regionais verificar a questão de bloqueio de Caixa Escolar. E se é questão de Gestor, se é o Gestor que não está atendendo uma diligência, o Gestor que não está respondendo um comunicado que foi encaminhado e se isso for uma questão de gestão, é preciso chamar o Gestor, porque ele não pode ser um problema, ele tem que ser um parceiro na soma para execução do programa, porque sem ele lá na ponta, a forma de execução da Secretaria não irá funcionar, ou seja, a execução descentralizada. Outra questão que também foi discutida na reunião, foi a necessidade da SEE fazer esses levantamentos com questão ao Censo antecipado para poder, quando chegar para o Conselho, informar realmente o que a Secretaria está executando, com que escola está sendo executado, que escolas estão sendo atendidas. Os pontos que mais foram ressaltados na reunião é que o conselho não está questionando coisa nova e a SEE tem que encontrar um meio para apresentar os dados de forma, essa reunião foi realizada também para afinarmos o papel de cada um no programa: no órgão central, nas regionais e nas escolas. Foi definido também que no início do ano, DISE sempre faz uma circular com as orientações para as regionais referente aos repasses, a ideia é reunir também as orientações sobre o papel de cada um dento da execução do programa, para que essas falhas não sejam mais recorrentes. A Presidente Célia concorda com a Conselheira Thaís, quando ela fala que é um número pequeno de escola que não tiveram alimentação ou não tiveram problemas de qualquer espécie como falta parcelas e assinatura de termos. Mas gostaria de lembrar também que somos um Conselho de Alimentação Escolar, e o papel desse Conselho é verificar porque escolas deixaram de receber recurso, e se uma deixou de receber, então tem que saber o porquê que não recebeu, quais tiveram problemas e os problemas que acarretam também essa falta de recursos, no que se refere a alimentação dos alunos daquela escola. Temos que olhar o todo, mas também para cada uma delas e o CAE este ano, por exemplo, foram inúmeros questionamento feito por esse conselho, que não tivemos resposta. A convidada Tatiane fez uma ótima apresentação. Agora, as respostas que a SEE enviou, na prática, não tinha as informações que atendessem aos nossos questionamentos. Não deram as respostas necessárias que esse conselho precisa para fazer uma avaliação correta. Agora, há problemas que se tem que registrar, quando a Secretária Janete falou sobre os Gestores de escola, que tem que buscar respostas, saber o porquê deixaram de dar algum tipo de informação. Entre esses gestores, estão diretores de escolas, Superintendente de Ensino, que administra recurso de escolas indígenas também as SREs que não trouxe as respostas necessárias para que esse conselho faça uma avaliação correta. Na própria resposta enviada pela SEE, fala de dados, algumas vezes, que não são confiáveis. A Conselheira Maria Helena pede a palavra e diz que os conselheiros vão ouvindo tudo isso que o convidado Fábio falou, eles são responsáveis por uma entidade que é o SindUte e somos responsável pelas nossas assinaturas, responsáveis pelas coisas que acontecem. Diz que, enquanto o Conselho não obtiver as respostas que para os conselheiros venham certa, serias, não devemos aprovar a prestação de contas. Não bate muito o que Fábio falou, com o que a Tatiane falou, um falou não é por causa disso é por causa daquilo, Diretor recebeu verba, não recebeu verba, tem problema lá na conta bancária. Está muito preocupada que o conselho vai deixando passar uma hora ele acorda e está com a corda no pescoço, então, é precisamos muito de ver isso tudo certinho e a conselheira Célia tem batido na tecla, que vai contatar com Ministério Público, levar as coisas até eles para mostrar que o governo não tá respondendo tudo e vai precisar está alertando que o governo não tem trazido as respostas de acordo com aquilo que os conselheiros deste Conselho espera, é preciso mesmo estando na última reunião do ano mas que se tenha essa última reunião do ano como a primeira para que se possa resolver e sentar numa mesa para a decisão de verbas, de comida, de gastos de tudo e ter certeza do que está fazendo, quem quer saber, nem ela tem certeza, do que ela está assinando. E é isso que ela tem para falar. O Conselheiro Márcio diz que concorda com a conselheira Maria Helena, porque pelo que Tatiane fez a colocação e o que o convidado Fábio questionou, acha que alguém está devendo. E concorda também, junto com a Conselheira Maria Helena, e para reforçar, os conselheiros não podem sair assim assinando qualquer coisa não, porque a sua responsabilidade é muito grande e tem que ter respostas para essas faltas. Enquanto não resolvidas, acha que não deveria assinar nada porque está aqui por livre espontânea vontade, para ajudar para que tudo ocorra de maneira correta. A Tatiane explanou, o Fábio questionou e a gente não pode passar mais este ano, no seu ponto de vista como nos outros anos, vamos ensinando, às vezes, está em cima da hora e tem que assinar, que deixemos essa sem assinar para que essas respostas venham com o que os conselheiros precisam, pela nossa luta. A Conselheira Thaís diz que queria ressaltar que, concorda com o que a Conselheira Maria Helena falou, mas é preciso levar em consideração que no número de 3.600 escolas, apenas um número pequeno dessas escolas que estão com problemas e o conselho está deixando de aprovar a Prestação de contas por conta disso, não é o cenário ideal, mas essa atitude de não aprovar a prestação de contas, ela também tem consequências, até consequências mais graves do que essa falta de acompanhamento pela Secretaria dessas poucas escolas. A Conselheira Maria Helena diz que o Conselho não pode viver sobre ameaça, e o que a Conselheira Thaís está fazendo é uma ameaça. A conselheira Thaís diz que não está fazendo ameaça não, o que ela quer dizer que, o que está tentando explicar que, se deixar de assinar a prestação de contas e de aprovar a prestação de contas, ela também gera consequências, ela está falando de um fato, não está ameaçando ninguém. O convidado Fábio quer saber quais seriam essas consequências. A Conselheira Thaís responde que o Recurso, ele pode não ser repassado. A Conselheira Célia diz que uma das consequências é não o repasse dos recursos. Também, a Secretaria do Estado vai ter que explicar o que foi questionado e não foi explicado, apenas isso, então, é preciso ter cautela sim, mas também precisa de respostas. O Conselho ficou quase o ano inteiro, fazendo questionamentos e as respostas não vêm ou vêm pela metade. São poucas escolas, mas é responsabilidade de fazer a correta análise, adequada de tudo o que acontece. O convidado Fábio quer pontuar algumas coisas, primeiro, como não é conselheiro não vai falar do mérito ou não da aprovação da prestação de contas, mas gostaria de ressaltar alguns fatos, até porque acha que foi a Janete postou aqui e mandou mensagem no grupo falando para pontuar os dados que não foram encaminhados referentes à prestação de contas 2020, e irá pontuar, para que seja registrado em ata: Referente a 2020 não foram repassados para o Conselho o relatório de aquisição da agricultura família, por escola, a justificativa da distribuição dos kits alimentares das escolas que distribuiu mais kits do que número de alunos e a justificativa de não repasse de recursos em algum mês para as escolas. É aquele questionamento que a gente faz todo mês, porque a escola não recebeu o recurso durante alguns meses e agora o outro ponto que eu queria ressaltar é que eu já assessoro o conselho há cinco anos e essa é a primeira vez que a gente não tem resposta, como que eu posso falar, já faz um grande período de tempo que a gente está pedindo a mesma coisa, que esses três relatórios, estamos no final de 2021, pedindo três relatórios referente à prestação de contas do ano de 2020 e isso nunca tinha acontecido no conselho, pelo menos nesses últimos 5 anos, acompanhando o conselho. E referente ao que a Conselheira Thaís falou que são 3.600 escolas, porém antes de 2019 para trás o conselho recebia essas respostas, as justificativas porque as escolas não receberam repasse e começou a partir do ano passado, a não receber mais essas respostas. Então, o que o conselho está querendo, é basicamente o que já recebia anteriormente, e outro fator que na resposta da Secretaria tem um ponto que são poucas escolas. Das 6 escolas representa um percentual aproximada de 0.16% do total de escolas, só que aqui, são essas as escolas que não receberam repasse, nenhum repasse durante o primeiro semestre inteiro, ou seja, nenhum mês do semestre ela não recebeu nenhum repasse, agora se for falar de fevereiro, foram 407 escolas que não receberam repasse, 239 escolas em março, 155 escolas em abril, 135 escolas em maio e 198 escolas em junho, e a respeito da distribuição dos kits, basicamente não tem dados nenhum, porque os dados que foram apresentados referente, não ao primeiro semestre mas sim de até 29 de novembro e mesmo esses a própria Secretaria fala que podem ser diferentes. Então seriam essas as colocações. E, referente as consequências, se o CAE não aprova a Prestação de contas não é o ato a não aprovação pelo CAE que o FNDE vai cancelar o envio de recurso, para o Estado de Minas. O CAE não tem esse poder, quem cancela o envio de recursos é o próprio FNDE, a resposta da aprovação ou não, da prestação de contas pelo conselho é apenas um alerta para o FNDE, se o CAE não aprovar aqui o motivo por que o CAE não aprovou não é para o nível de cancelamento, o motivo que o CAE não aprovou o FNDE vai ver com mais atenção do porquê não aprovou então, o FNDE vai verificar se concorda ou não, e se continua repassando os recursos. Então quem vai julgar isso é o FNDE. A Conselheira Maria Helena diz ao Fábio, que é por isso que ela acha, que o Conselho precisa tomar uma postura, quando os trilhos estão errados você tem que parar a máquina e botar o vagão na linha, está errado, erramos estamos assinando a tempos uma situação que não convém estamos observando agora não está certo então ela acha que todos aprendem isso muito no SindUTE, a luta é muito grande para que não continue fazendo coisa errada mesmo que perdendo tudo como se perde com esse governo. Mas as nossas ações se tem avaliação dos acertos delas e as nossas ações aqui do CAE, também se tem responsabilidade no que está fazendo e muita responsabilidade e ela acha que tudo nessa vida é passível de um dia o alicerce da casa não está legal tem que chamar um pedreiro e botar cimento e o que precisa fazer é parar de esperar as respostas que não chega e ficar calados. Assim com a certeza que o CAE é uma equipe madura que é uma equipe consciente que é uma equipe tranquila que está fazendo as coisas da melhor forma possível como ela e presidente Célia, ela ficou admirada quando elas estavam em uma escola e que a Diretora disse para elas que o kit foi passado para uma igreja porque os inspetores da escola disseram que podiam passar para igreja, porque na igreja o padre era bonzinho. e daí com essa dificuldade danada, nessa situação danada, onde estão perdendo nesse estado, um monte de coisa nessa pandemia que não acaba, esse tanto de coisa que ainda vem pela frente, é preciso tomar postura coerente porque tem um grupo grande aqui nessa sala e que todos esperam, ela espera de todos coerência e todos esperam dela coerência, e ela acredita que é assim. O Conselheiro Marco Melo fala que até faltou em algumas reuniões por problemas particulares de saúde, em relação a essa questão da aprovação de contas, endossar todas as palavras de todos os conselheiros que manifestaram no sentido, concorda que é correção do rumo certo se faz necessária, indiscutivelmente, porque até pode de repente crescer, quando você começa, às vezes diminuir a cobrança em cima do que é correto ou não indiscutível agora, em virtude do momento que se está passando, que é uma tragédia incomensurável para educação brasileira é terrível esse momento e principalmente nessa questão do alimento para as crianças carentes, que aumentou absurdamente, inclusive essa carência de alimentos pela Pandemia ele votaria pela aprovação com ressalvas, ou seja, ele está endossando tudo o que foi falado, mas está respeitando principalmente, o momento que cada um está vivendo como indivíduo e a sua participação nesse processo seja da educação, seja das suas questões familiares, questões individuais, então é um momento muito difícil existencialmente, para a humanidade, e esta é a minha opinião e o meu voto. A Presidente Célia pergunta para a Secretária Janete se o Conselho tem um prazo para fazer essa aprovação da Prestação de Contas e a Secretária Janete informa que tem sim, com tranquilidade, que a SEE tem até 15 de fevereiro para está encaminhando a prestação para o FNDE, e depois é que começa a contar o prazo do CAE para poder fazer aprovação da prestação de contas do SIGECON, ou seja, teria fevereiro para poder fazer esta avaliação. A Presidente Célia fala que a sua intenção, a sua opinião é a não aprovação neste momento. Que se dê uma nova oportunidade para a SEE encaminhar todas as respostas aos questionamentos feitos por esse Conselho, porque acha um desrespeito com o CAE, e que os questionamentos feitos em 2020/2021, tenham respostas e posteriormente, avaliarmos sobre a prestação de contas. A presidente Célia pergunta ao Conselheiro Marcos Vinícius a sua opinião. O Conselheiro Marcos Vinícius cumprimenta a todos, e fala que também, alguns momentos, ele não estava presente, mas a sua suplente, a Helen estava acompanhando e nas últimas reuniões, ele faltou algumas, duas ou três, ela acompanhou como suplente e em relação a essa questão, de estar pedindo mais um prazo, inclusive ele não sabe se foi a última, ele se lembra de umas, também foi feito essa mesma discussão e então ele ficou relembrando aqui, esse momento de que se discutiu, já aprovou com ressalvas e justamente no sentido de que as próximas se pudesse melhorar mas nesse sentido, ele queria colocar na mesma linha que a conselheira Célia está colocando, de pensar essa questão de colocar mais um prazo e que pudesse quem tá organizando a parte da apresentação de esclarecimentos pudesse trabalhar em uma capacidade que esses pontos eles pudessem ficar mais claros que senão fica parecendo que a gente discute questiona e aí beleza, já aprova com ressalvas a outra aprova com ressalvas então fica parecendo que assim, tudo bem, vai passar de qualquer maneira vai passar, mas passa nem que for com ressalva, então só colocar as considerações, ele acha que é muito bem posto ficando para uma próxima agenda e tem nesse tempo aí, para poder se organizar e ter realmente, um momento que possa pontos todos serem esclarecidos. A Presidente Célia agradece ao conselheiro Marcos e diz que gostaria de estar ouvindo a opinião dos outros conselheiros. Se eles estão de acordo com essa proposta. A Conselheira Maria Helena diz que está de acordo sim e que prudência e caldo de galinha não faz mal a ninguém. O Conselheiro Marcio diz que é com ressalva, que estão ressalvando tudo, e ele é favorável à proposta, desde que ela venha. O Conselheiro Marco Melo diz que já manifestou sua opinião. O Conselheiro Marcos Vinicius está de acordo! A Conselheira Neuzete também está de acordo. A Conselheira Ercivânia cumprimenta a todos, se desculpa pelo seu atraso e diz que, igual o Conselheiro Marcos, o mesmo lembrou, foi com ressalva e a secretaria deveria ter se organizado melhor porque ela, por exemplo, na questão dos kits, fica assim muito com a pulga atrás da orelha porque é muito recurso, é muito dinheiro que envolvido nisso e respostas que que o conselho recebe, para ela, não são satisfatórias. É porque tem uma escola, que se fosse uma escola que não tivesse resposta, estaria errado, porque se tem dinheiro se tem os recursos para serem aplicados todos tem que saber o que está ruim, então ela concorda com a proposta, por que a consequência é essa, o conselho não fez o trabalho legal, volta e faz novamente, para que não tenha mais esse tipo de problema, se sabe que problemas acontecem, pode ser complicado, igual à organização, até mesmo para que a sociedade tenha uma resposta, porque o dinheiro envolvido se precisa saber como que é que está sendo aplicado e é isso. A convidada Tatiane explica quando ela esclareceu esse ponto é porque exatamente isso a SEE viu que a forma como achou que seria melhor, não deu certo, a Secretaria foi e tentou fazer diferente para conseguir realmente as informações porque assim, a questão do kit da distribuição da compra do que é uma coisa nova para eles também é um acompanhamento novo é um acompanhamento diferente, porque se está no momento de pandemia, está no estado onde teve vários momentos diferentes, teve momentos de onda roxa, momentos de onda vermelha então assim, só para justificar que realmente isso, quando pensa que mudou foi exatamente tentando melhorar, então assim só para nesse ponto aí porque realmente é uma tentativa de melhora não foi para prejudicar nem para alterar nada foi simplesmente para ter a informação correta e ele acha que é esse nosso papel aqui também, até para expor aos conselheiros, olha infelizmente no caminho que se tentou trilhar não deu certo e teve que ir por outro, mas igual ela falou, no final das contas, assim um Gestor não fica sem prestar contas porque senão ele acaba ficando com a caixa escolar bloqueada e tendo outras questões, mas às vezes, infelizmente se tem algumas dificuldades mesmo, no caminho, se tenta melhorar sempre também, dentro do possível. A Presidente Célia fala para a Secretária Janete sobre o horário determinado para reunião e que teriam outros pontos de pauta e pede que os mesmos fiquem para próxima reunião: os relatos sobre as escolas. O Convidado Fábio pede a palavra. Será marcada uma reunião extraordinária para janeiro para discutir o 1º semestre e depois outra para discutir o segundo? A Secretária Executiva fala que já encaminhado também o 3º trimestre e questiona se preferem que apresentem os três trimestre? Ou aguardar o 4º trimestre e faz o fechamento anual? O Convidado Fábio diz que depende da Secretaria, pois os dados dos kits serão apresentados como? Semestralmente, anualmente? A convidada Tatiane, particularmente, se sente mais à vontade, prestar contas anual, porque teve escolas que tiveram atraso na entrega do kit 4, do kit 3, entregaram esse kit só que não foi dentro do prazo que era previsto pela Secretaria, mas teve entrega do kit, então acha que para recolher as informações trimestrais ou semestrais é muito mais complicado do que recolher a informação anual. O convidado Fábio diz é essa mesma situação do percentual da Agricultura Familiar e a convidada Tatiane fala que sim. O convidado Fábio fala que ficará então a questão das escolas que não receberam repasse. Então, pode ser do primeiro semestre, as escolas que não receberam repasses a justificativas, e depois na prestação de contas do 2º Semestre inclui nessa escola que não recebeu, se houver 2º Semestre, mais Agricultura Familiar e a distribuição dos kits do ano todo. A Presidente Célia lembra que o convidado Fábio havia pedido o registro dos questionamentos em ata e ela reforça essa solicitação. Secretária Executiva Janete informar que irá incluir as questões enviada pela Presidente Célia: que na 46ª reunião extraordinária que aconteceu no dia 29/04, foi tratado sobre a prestação de contas referente ao ano de 2020, e ficaram algumas pendencias: Relatório da aquisição da agricultura familiar por escola (foi mandando o relatório, porém sem as justificativas das escolas que não atingiram o percentual mínimo); justificativa da distribuição dos kits a mais que número de matricula; justificativa dado da portal da transparência sobre gasto com o conselho e justificativas de não repasse de recurso em algum mês para as escolas (questão 5 do questionário). Pendencias feitas em 2021: Questionamento por meio de oficio a SEE/MG, sobre como vai funcionar a alimentação escolar no sistema híbrido, se vai continuar os kits ou não. Pendencias da prestação de contas do 1° semestre de 2021: Justificativas de não repasse de recurso em algum mês para as escolas, justificativa de não repasse de recurso em todo semestre para 32 escolas e justificativa porquê 28 escolas só recebeu uma parcela (a SEE/MG respondeu parcialmente esse questionamento) e justificativa de porquê 939 escolas não distribuíram o kit alimentar. A Presidente fala que com o destaque desses questionamentos ficará mais fácil fazer uma avaliação detalhada quando as respostas que forem apresentadas. A Secretária Janete informa que, já que a questão das escolas vai ficar para a próxima reunião, agora seria os assuntos gerais. Diz que o SEI está com problema e não poderá abrir o documento, mas informa que foi feito o Ofício para Secretaria da Fazenda, questionando a informação do Portal da Transparência, uma vez da divergência de informação quanto aos valores que consta como pagos no Portal e o valor que a Secretaria apresentou como pago efetivamente, sendo que na informação da Secretaria, a maioria dos pagamentos tinha sido cancelados. Ofício para Secretaria, em virtude a informação do CECANE que o valor de aquisição de agricultura, o percentual da Agricultura, no FNDE está constando que em 2020 tem uma execução de 13% e a Secretaria apresentou para o conselho uma execução de mais de 24%, através do qual solicita a Secretaria que verificasse essa situação, para que fosse regularizado. Informa que está fazendo um levantamento da questão dos kits para poder mandar o ofício para Ministério Público que foi pedido também na Reunião 199 e foi pontuado pelo convidado Fábio, e assim que tiver pronto ela encaminha o ofício. A Presidente Célia lembra que no dia 14/12, teve reunião do Controle Social e o CAE foi convidado para fazer parte permanente das reuniões do CONSEA e surgiu uma proposta, através do Getúlio do UNICAPS, para fazer um encontro entre as cooperativas e nutricionistas, CAE e SEE. Ela fala que queria saber da convidada Tatiane da possibilidade de estar articulando esse encontro, e seria interessante, eles têm dúvidas, a respeito de determinados produtos a serem incluídos nas escolas. A convidada Tatiane fala que, depois daquele dia, ela ficou pensando, porque agora, ela confessa, que não seria o melhor momento, nesse início ela acha que deveria esperar as chamadas públicas do primeiro semestre ocorrerem e verificar como ia ficar, ver o andamento mesmo, como que ia ficar esse estreitamento dos laços maiores entre a EMATER, e as próprias escolas com as SREs para ver se teria alguma já melhora, então assim ela acha, que talvez esse encontro fosse interessante mas para o final de abril ou começo de maio. Só uma sugestão dela também, inicialmente queria alguma coisa urgente e ela não sabe, solicitando esse encontro uma vez seria mais em relação às dúvidas do Getúlio, e tem a questão de que agora é a Subsecretaria de Articulação que faz esses agendamentos quando envolve as superintendências. Então ela não sabe muito como que elas teriam que fazer esse trâmite, esse encontro. Quanto a fazer um convite para ele, ela pode sim, não tem problema não. A Conselheira Tânnia pergunta se no encontro sugerido não poderia incluir os diretores e a Presidente Célia fala que neste momento não. A convidada Tatiane responde que foi até por isso que ela falou com a conselheira Célia sobre essa questão e pensar nisso mais para o final do primeiro semestre porque a ideia é que agora ele já esteja tendo esses encontros e mais próximo dessas conversas, já estejam articulando mais e melhor então só que eles não vai ter uma avaliação disso um pouquinho mais para frente porque agora que, ela não sabe, se todos sabem, Secretaria fechou um acordo, um contrato de prestação de serviços, com a EMATER para atender, pelo menos, 806 municípios porque são os locais onde tem escritórios da EMATER e onde se viu que tem essa articulação maior então a ideia que eles comecem a executar esses serviços que serão de promoção de eventos articulação com os agricultores a partir do final de fevereiro então acredita que isso já vai melhorar com esse acordo sabe essa situação com os diretores e agricultores porque a intenção desse contrato com a EMATER é isso é estreitar mais esses laços. A Presidente Célia pergunta para a Secretária Janete se tem mais algum ponto de pauta e ela responde que não e pergunta se a Presidente gostaria de falar da denúncia que o CAE recebeu e as conselheira Ercivane e Cléia fizeram a apuração, em uma escola de Santa Luzia, que foi recebida depois da última reunião. A Presidente Célia fala que a denúncia foi sobre os kits escolares e passa a palavra para a conselheira Ercivânia. Ela fala que foram averiguar e apesar de estar com muito medo, já que era a sua primeira visita, mas a Conselheira Célia e a servidora Júlia deram uma assessoria muito bacana, porque ela estava muito ansiosa com isso. Diz que foi uma denúncia de uma mãe reclamando do kit, porque os alimentos, as verduras, estavam podres no kit que essa mãe havia recebido e que ela mandou vários prints com as fotos dos produtos. Diz que a Presidente Célia lhe mandou a denúncia com fotos. A escola, por sinal, muito grande, é uma escola bonita, estava muito limpa e extremamente organizada. A diretora, menina novinha, e todos os vice-diretores foram estavam presentes. Fala que colocou no relatório, que o Luiz e o Wagner e a diretora Érica, nos atenderam com muita atenção. Diz que a visita foi acompanhada pela nutricionista Glaucilene. Fala que viu que a diretora estava até perguntando algumas coisas para a nutricionista, da Metropolitana C. Acha que a Glaucilene, a nutricionista, faz um trabalho com os diretores, porque a mesma estava perguntando algumas coisas, e foi bacana isso. Mandou uma foto para registrar e mostrar ao Conselho. Foram na cozinha, estava uma coisa bacana, porque quando o CAE chega assim de surpresa, parece que é de outro mundo, fica todo mundo olhando meio alerta. A Conselheira Cléia e a nutricionista Glaucilene falaram que o CAE estava lá, não era para punir ninguém e sim para orientar. Então eles deram uma relaxada. Diz que tinha um cardápio divulgado direitinho. É uma escola de 6º ano (fundamental II) e Ensino Médio, não tem fundamental I. Fala que entraram na cozinha e estava, em sua avaliação, de acordo com que a Célia passou, uma lista para daquilo que era principal, estava de acordo. A telinha que não tinha na janela, e falamos que precisava colocar. O refeitório é tipo um parque de um lado e do outro e muito arejado, então neste tempo da COVID, é perfeito, ele não é fechado, muito bacana e os alimentos estavam bem organizado. Olhamos a validade, abrimos o freezer, que estava tudo organizadinho, tudo muito limpinho, a bancada onde é preparado os alimentos tudo arrumadinho. As ABSs todas uniformizadas. Elas nos serviram um lanche. O banheiro separado, o Luiz nos mostrou onde que ficava o desinfetante, os materiais de limpeza bem separado debaixo de uma escada, mas bem organizada. Gostou muito, os alimentos eram para os alunos que estavam em recuperação, tinha poucos alunos na escola e elas conversaram com os alunos. Fala que as duas que estão sentadas lá na cantina, conforme a foto que enviou, eram as professoras. Relata que conversou com elas, onde as informaram sobre a alimentação que as crianças gostam. Depois de fazer o relatório acha que pela primeira visita, foi bem. E se passou alguma coisa foi muito pouco, quanto a denúncia, não pode apurar nada, já que não tinha mais kits para ser entregue. A Diretora admitiu que sim, que realmente, teve umas verduras que estavam estragando por conta da demora em buscar. Então foi orientado, quanto a forma de armazenamento, e a nutricionista também falou que tem que ser colocado em palhetes ou tem que colocar numa bancada. E ela disse que a inspetora chamou a mãe, então ela não quis muito entrar em detalhes não, essa questão da inspetora está resolvendo ela não quis saber, o que ela queria saber onde que fica condicionado a alimentação, como que é que está a cozinha, se está organizado, ela não quis entrar em detalhes do problema dela e que a inspetora já está resolvendo esse problema. Ela falou que teve uma acareação com a mãe e essa questão a inspetora já resolveu e em questão da denúncia do kit não deu para ver porque tudo estava muito limpo a escola, tinha sido dedetizada, e parecia que eles sabiam que o CAE iria lá. O vice-diretor muito compromissado, diz que ficou muito satisfeita de ver que uma Escola Estadual na periferia, da Periferia de Santa Luzia, e ela falou assim que é o seguinte, nessa escola, a disciplina começa no portão. É tudo muito organizado eles entraram na sala dos professores, que tem computador. Elas entraram no banheiro, tudo com sabonete e papel toalha A Cléia entrou no banheiro, enquanto uma estava no banheiro a outra fazendo algumas anotações elas se dividiram nas tarefas para estar conversando depois. A Diretora disse que é uma escola modelo do bairro. Na questão da denúncia, ela admitiu que realmente, estava estragando e que os dias que foram entregues os kits, foi tudo organizado de acordo com o que está no Instagram mesmo os dias de entrega só que eles ficaram no sábado para entregar, tiveram os dias para entregar só que muitos pais não foram, então pode ter acontecido isso sim, com a cebola. A diretora admitiu e que estava no chão e foi orientado que não pode. E sobre a telinha na janela, ela disse que já vai providenciar. A nutricionista nos ajudou, então no final das contas, a visita foi positiva, inclusive ela falou que deveria se ir mais vezes. Fala que chegaram na escola por volta de 9 horas e saíram de lá quase duas horas era 1:15 hs. E o relatório é que demora um pouco mais, ela mostrou também a relação dos kits tudo afinadinho, foi conferido. A Cléia conseguiu ver quantos alunos têm essa escola, são mais de 1.300, está no relatório. Outra coisa, utilizaram o computador da escola que foi oferecido pela diretora, porque achou que ficaria melhor. Por isso foi feito o relatório na escola. Foi impresso e a diretora carimbou e assinou. Deu certinho, e foi enviado para a Secretária Janete. Depois, se tiver mais alguma coisa para preencher ela pega e preenche. A Conselheira Ercivânia passa para a conselheira Clélia acrescentar mais alguma coisa. E de imediato a Conselheira Cléia se apresenta, cumprimentando a todos dizendo que, por ser a primeira visita, elas estavam um pouco inseguras, e quando elas foram chegando, foi explicado o que elas iriam fazer na escola, qual era o papel do CAE, qual o objetivo dessa visita, explicou que elas também são servidoras do estado, são professoras. A conselheira Clélia disse que foram muito bem tratadas, e que a escola é uma coisa linda, super linda, os meninos amam a merenda, pois elas conversaram com todos, de todos os anos. O banheiro das meninas, ela ficou encantada com o banheiro das meninas. Qualidade de vida assim que elas colocam acima de tudo. Ela concorda com tudo que a Conselheira Ercivânia concluiu. A Diretora jovem e dedicada e era o seu primeiro mandato. A escola muito bem cuidada e que ela gostou muito do que encontrou na escola. A conselheira Clélia pergunta se alguém quer fazer alguma observação. A Presidente Célia diz que gostaria de parabenizá-las pela visita, e que gostou muito da postura delas. E antes de encerrar a reunião deseja um ótimo Natal e Feliz Ano Novo para todos e que todos se cuidem, agradecendo a todos pela presença. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião e eu, Janete Gonçalves, Secretária Executiva do Conselho, junto com a equipe executiva, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelos conselheiros presentes. Belo Horizonte, 16 de dezembro de 2021.